

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.214 - SP (2019/0295199-5)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : LOURIVAL FELICIO  
**RECORRENTE** : CLAUDIONOR DA JUSTA MOTA  
**RECORRENTE** : VENILSON ALVES MOURA  
**RECORRENTE** : PAULO BENEDITO FERREIRA MENDES  
**RECORRENTE** : FRANCISCO SERAFIM FILHO  
**RECORRENTE** : OSMAR ANTONIO MONDONI  
**RECORRENTE** : LEONARDO MELHADO CAMARGO  
**RECORRENTE** : ROBERTO ROMEU RODRIGUES  
**RECORRENTE** : MESSIAS PEREIRA DE FARIA JUNIOR  
**RECORRENTE** : PAULO ROBERTO CAVALHEIRO  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
**RECORRIDO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444  
**RECORRIDO** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADO** : FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444  
**AGRAVADO** : LOURIVAL FELICIO  
**AGRAVADO** : CLAUDIONOR DA JUSTA MOTA  
**AGRAVADO** : VENILSON ALVES MOURA  
**AGRAVADO** : PAULO BENEDITO FERREIRA MENDES  
**AGRAVADO** : FRANCISCO SERAFIM FILHO  
**AGRAVADO** : OSMAR ANTONIO MONDONI  
**AGRAVADO** : LEONARDO MELHADO CAMARGO  
**AGRAVADO** : ROBERTO ROMEU RODRIGUES  
**AGRAVADO** : MESSIAS PEREIRA DE FARIA JUNIOR  
**AGRAVADO** : PAULO ROBERTO CAVALHEIRO  
**ADVOGADOS** : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720  
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006  
**INTERES.** : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pela **Fazenda do Estado de São Paulo** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 340):

*POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Prescrição afastada. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Ação proposta por policiais militares inativos e da ativa. Responsabilidade somente do Estado, porquanto, para o período postulado, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda permanecia com o Estado os encargos das aposentadorias de todos os servidores públicos estaduais, sendo seus os encargos com o pessoal da ativa. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Recurso parcialmente provido para, extinguindo o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência, afastar a prescrição e julgar procedente a demanda.*

No recurso especial, a agravante aponta ofensa ao art. 2º-A e 2º-B da Lei n.º 9.494/97 e 520 do CPC/2015. Sustenta, em resumo, que "a parte autora não juntou a autorização assemblear específica para esta impetração, bem como o rol na qual consta como filiada à época da impetração, o que tem por consequência a sua ilegitimidade ativa, além da inépcia da inicial por inobservância de requisito para esta demanda (...)." (fls. 373/374)

Aduz que "o pedido de execução provisória da Recorrida encontra óbice em dispositivo legal expresso, na medida em que de seu acolhimento decorreria grave

# Superior Tribunal de Justiça

*lesão ao erário público, decorrente do início de atos de execução sem o requisito legal do trânsito em julgado (1. Quanto ao objeto principal da demanda coletiva, e 2. Quanto aos efeitos subjetivos da lide coletiva,) em afronta à Segurança Jurídica." (fl. 377)*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que as matérias pertinentes aos arts. 2º-B da Lei nº 9.494/97 e 520 do CPC/2015 não foram apreciadas pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Ademais, instância *a quo* afastou a tese de ilegitimidade ativa *ad causam* sob o fundamento de que Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 573.232-1/SC, sob o rito de repercussão geral, teria expressamente excepcionado a desnecessidade de autorização dos associados nas hipóteses de impetração de mandado de segurança coletivo. Senão vejamos (fls. 345/346):

*Quanto à legitimidade ativa, o entendimento do plenário do Supremo*

*Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 573.232-1/SC, em que foi reconhecida a existência de repercussão geral, decisão veiculada pelo DJe de 06-06-2008, deixou expresso que não abrangia as hipóteses de mandado de segurança coletivo:*

*[...]*

*Ou seja, a associação impetrou o mandado de segurança coletivo na qualidade de legitimada extraordinária, hipótese de substituição, legitimação extraordinária, não de representação processual, por isso não se exigindo autorização expressa dos associados, tampouco comprovação do momento da filiação e apresentação de rol de associados, tendo decidido o Superior Tribunal de Justiça que toda a categoria é beneficiada, independente desses aspectos:*

*[...]*

Sucede que tal fundamento não foi especificamente impugnado nas razões do recurso especial, razão pela qual incide na espécie o óbice da Súmula 283/STF.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

